



## Ministério da Educação

Gabinete do Ensino  
Superior, Ciência e Tecnologia

### ANÚNCIO

#### **CONCURSO NACIONAL DE BOLSAS PARA LICENCIATURA/MESTRADO INTEGRADO, (CONTINUAÇÃO DE ESTUDOS), MESTRADO E DOUTORAMENTO NO PAÍS, ANO ACADÉMICO 2018/2019**

O Serviço de Ensino Superior (SES) torna público que se encontra aberto o Concurso Nacional de Bolsas para Licenciatura/Mestrado Integrado (Continuação de Estudos), Mestrado e Doutoramento no País, ano académico 2018/2019.

Os documentos a entregar e os requisitos a preencher constam no **Regulamento do concurso de Bolsa para Formação Superior no País**, ano académico 2018/19, disponíveis no SES, na Praia, nas Instituições do Ensino Superior que o candidato frequenta, ou no site **[www.dgesc.gov.cv](http://www.dgesc.gov.cv)**

Os candidatos deverão submeter a sua inscrição de candidatura através do site da DGES **[www.dgesc.gov.cv](http://www.dgesc.gov.cv)**, e entregar todos os documentos exigidos no estabelecimento de ensino onde estão inscritos.

A data limite da apresentação de candidatura é até o dia **18 de outubro** próximo impreterivelmente.

Serviço do Ensino Superior na Praia, 21 de setembro de 2018



Palácio do Governo, CP nº 111, Várzea, Cidade da Praia, República de Cabo Verde | T: (+238) 261 05 07



# Ministério da Educação

Gabinete do Ensino  
Superior, Ciência e Tecnologia

SES - SERVIÇO DE ENSINO SUPERIOR

## CONCURSO DE BOLSA NACIONAL - LICENCIATURA E MESTRADO INTEGRADO, 2018/2019 PREENCHER COM LETRA MAIÚSCULA TIPO IMPRENSA

### CANDIDATURA

NOME

NASCIDO(A) EM

(dia)

(Mês)

(Ano)

PROFISSÃO

PORTADOR(A) DO BI Nº

PASSADO PELO ARQ. DE IDENT. DE(A)

EM

(Dia)

(Mês)

(Ano)

CONCELHO DE

HABILITAÇÃO LITERÁRIA

ÁREA

COM CLASSIFICAÇÃO FINAL DE

(VALORES)

CONCLUÍDA NO ANO DE

TELEFONE

TELEMÓVEL

E-MAIL

CURSO

### DOCUMENTOS ENTREGUES

FOTOCÓPIA DO BI

CERTIFICADO ATUALIZADO DE MATRÍCULA NO ESTABELECIMENTO/CURSO QUE FREQUENTA

CERTIFICADO(S) DE HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO PRÉDIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL

DECLARAÇÃO DE VENCIMENTO OU DE SUBSISTÊNCIA

DECLARAÇÃO DA FICASE

OUTROS DOCUMENTOS QUE VENHAM A SER EXIGIDOS

O CANDIDATO,

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

SAES/INSTITUIÇÃO DE ENSINO

RECEBIDO POR

DATA

## COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

<b>1</b>	NOME:											
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO						
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL					\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS											\$ 00
<b>2</b>	NOME:											
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO						
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL					\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS											\$ 00
<b>3</b>	NOME:											
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO						
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL					\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS											\$ 00

Obs.: Todas as indicações sobre ordenados ou outros rendimentos devem ser comprovadas por documentos passados pelas entidades patronais e Serviços de Finanças. No caso da declaração de subsistência deve ser legalizado no cartório mediante a assinatura de 3 testemunhas.

No caso de haver irmãos estudantes universitários por conta própria, indicar nomes, cursos que frequentam, respetivo ano e local (comprovar por documentos passados pelo FICASE).

<b>1</b>	NOME:										
	INSTITUIÇÃO										
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>
	LOCAL										
<b>2</b>	NOME:										
	INSTITUIÇÃO										
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>
	LOCAL										
<b>3</b>	NOME:										
	INSTITUIÇÃO										
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>
	LOCAL										

<b>ASSINATURA</b>										
LOCAL		AOS		DE		DE				

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- 1** Este documento deve ser acompanhado dos documentos publicados no regulamento do concurso de bolsa no País
- 2** o processo de candidatura deve ser acompanhado de uma cópia simples de todos os documentos num saco catálogo.
- 3** Lei com atenção o referido regulamento antes de apresentar a sua candidatura.
- 4** Processo com documento em falta é liminarmente excluído





# Ministério da Educação

Gabinete do Ensino  
Superior, Ciência e Tecnologia

SES - SERVIÇO DE ENSINO SUPERIOR

## CONCURSO DE BOLSA NACIONAL - LICENCIATURA-CONTINUAÇÃO DE ESTUDOS, 2018/2019 PREENCHER COM LETRA MAIÚSCULA TIPO IMPRENSA

### CANDIDATURA

NOME \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

NASCIDO(A) EM \_\_\_\_\_ (dia) \_\_\_\_\_ (Mês) \_\_\_\_\_ (Ano) \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO \_\_\_\_\_

PORTADOR(A) DO BI Nº \_\_\_\_\_ PASSADO PELO ARQ. DE IDENT. DE(A) \_\_\_\_\_  
EM \_\_\_\_\_ (Dia) \_\_\_\_\_ (Mês) \_\_\_\_\_ (Ano)

CONCELHO DE \_\_\_\_\_

HABILITAÇÃO LITERÁRIA \_\_\_\_\_ ÁREA \_\_\_\_\_

COM CLASSIFICAÇÃO FINAL DE \_\_\_\_\_ (VALORES) CONCLUÍDA NO ANO DE \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ TELEMÓVEL \_\_\_\_\_

E-MAIL \_\_\_\_\_

CURSO \_\_\_\_\_

### DOCUMENTOS ENTREGUES

FOTOCÓPIA DO BI ☐

CERTIFICADO ATUALIZADO DE MATRÍCULA NO ESTABELECIMENTO/CURSO QUE FREQUENTA ☐

CERTIFICADO(S) DE HABILITAÇÕES LITERÁRIAS ☐

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO PRÉDIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL ☐

DECLARAÇÃO DE VENCIMENTO OU DE SUBSISTÊNCIA ☐

DECLARAÇÃO DA FICASE ☐

OUTROS DOCUMENTOS QUE VENHAM A SER EXIGIDOS ☐

O CANDIDATO,

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

SAES/INSTITUIÇÃO DE ENSINO

RECEBIDO POR \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_

## COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

<b>1</b>	NOME:										
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO					
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL				\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS						\$ 00				
<b>2</b>	NOME:										
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO					
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL				\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS						\$ 00				
<b>3</b>	NOME:										
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO					
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL				\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS						\$ 00				

Obs.: Todas as indicações sobre ordenados ou outros rendimentos devem ser comprovadas por documentos passados pelas entidades patronais e Serviços de Finanças. No caso da declaração de subsistência deve ser legalizado no cartório mediante a assinatura de 3 testemunhas.

No caso de haver irmãos estudantes universitários por conta própria, indicar nomes, cursos que frequentam, respetivo ano e local (comprovar por documentos passados pelo FICASE).

<b>1</b>	NOME:											
	INSTITUIÇÃO											
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>	
	LOCAL											
<b>2</b>	NOME:											
	INSTITUIÇÃO											
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>	
	LOCAL											
<b>3</b>	NOME:											
	INSTITUIÇÃO											
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>	
	LOCAL											
<b>ASSINATURA</b>												
	LOCAL						AOS		DE		DE	

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- 1** Este documento deve ser acompanhado dos documentos publicados no regulamento do concurso de bolsa no País
- 2** o processo de candidatura deve ser acompanhado de uma cópia simples de todos os documentos num saco catálogo.
- 3** Lei com atenção o referido regulamento antes de apresentar a sua candidatura.
- 4** Processo com documento em falta é liminarmente excluído



# Ministério da Educação

Gabinete do Ensino  
Superior, Ciência e Tecnologia

SES - SERVIÇO DE ENSINO SUPERIOR

## CONCURSO DE BOLSA NACIONAL - MESTRADO - 2018/2019 PREENCHER COM LETRA MAIÚSCULA TIPO IMPRENSA

### CANDIDATURA

NOME \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

NASCIDO(A) EM \_\_\_\_\_ (dia) \_\_\_\_\_ (Mês) \_\_\_\_\_ (Ano) \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO \_\_\_\_\_

PORTADOR(A) DO BI Nº \_\_\_\_\_ PASSADO PELO ARQ. DE IDENT. DE(A) \_\_\_\_\_  
EM \_\_\_\_\_ (Dia) \_\_\_\_\_ (Mês) \_\_\_\_\_ (Ano)

CONCELHO DE \_\_\_\_\_

HABILITAÇÃO LITERÁRIA \_\_\_\_\_ ÁREA \_\_\_\_\_

COM CLASSIFICAÇÃO FINAL DE \_\_\_\_\_ (VALORES) CONCLUÍDA NO ANO DE \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ TELEMÓVEL \_\_\_\_\_

E-MAIL \_\_\_\_\_

CURSO \_\_\_\_\_

### DOCUMENTOS ENTREGUES

FOTOCÓPIA DO BI ☐

CERTIFICADO ATUALIZADO DE MATRÍCULA NO ESTABELECIMENTO/CURSO QUE FREQUENTA ☐

CERTIFICADO(S) DE HABILITAÇÕES LITERÁRIAS ☐

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO PRÉDIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL ☐

DECLARAÇÃO DE VENCIMENTO OU DE SUBSISTÊNCIA ☐

DECLARAÇÃO DA FICASE ☐

OUTROS DOCUMENTOS QUE VENHAM A SER EXIGIDOS ☐

O CANDIDATO,

\_\_\_\_\_

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

SAES/INSTITUIÇÃO DE ENSINO

RECEBIDO POR \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_



## COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

<b>1</b>	NOME:										
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO					
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL				\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS						\$ 00				
<b>2</b>	NOME:										
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO					
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL				\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS						\$ 00				
<b>3</b>	NOME:										
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO					
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL				\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS						\$ 00				

Obs.: Todas as indicações sobre ordenados ou outros rendimentos devem ser comprovadas por documentos passados pelas entidades patronais e Serviços de Finanças. No caso da declaração de subsistência deve ser legalizado no cartório mediante a assinatura de 3 testemunhas.

No caso de haver irmãos estudantes universitários por conta própria, indicar nomes, cursos que frequentam, respetivo ano e local (comprovar por documentos passados pelo FICASE).

<b>1</b>	NOME:											
	INSTITUIÇÃO											
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>	
	LOCAL											
<b>2</b>	NOME:											
	INSTITUIÇÃO											
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>	
	LOCAL											
<b>3</b>	NOME:											
	INSTITUIÇÃO											
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>	
	LOCAL											
<b>ASSINATURA</b>												
	LOCAL						AOS		DE		DE	

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- 1** Este documento deve ser acompanhado dos documentos publicados no regulamento do concurso de bolsa no País
- 2** o processo de candidatura deve ser acompanhado de uma cópia simples de todos os documentos num saco catálogo.
- 3** Lei com atenção o referido regulamento antes de apresentar a sua candidatura.
- 4** Processo com documento em falta é liminarmente excluído



# Ministério da Educação

Gabinete do Ensino  
Superior, Ciência e Tecnologia

SES - SERVIÇO DE ENSINO SUPERIOR

## CONCURSO DE BOLSA NACIONAL - DOUTORAMENTO - 2018/2019 PREENCHER COM LETRA MAIÚSCULA TIPO IMPRENSA

### CANDIDATURA

NOME \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

NASCIDO(A) EM \_\_\_\_\_ (dia) \_\_\_\_\_ (Mês) \_\_\_\_\_ (Ano) PROFISSÃO \_\_\_\_\_

PORTADOR(A) DO BI Nº \_\_\_\_\_ PASSADO PELO ARQ. DE IDENT. DE(A) \_\_\_\_\_  
EM \_\_\_\_\_ (Dia) \_\_\_\_\_ (Mês) \_\_\_\_\_ (Ano)

CONCELHO DE \_\_\_\_\_

HABILITAÇÃO LITERÁRIA \_\_\_\_\_ ÁREA \_\_\_\_\_

COM CLASSIFICAÇÃO FINAL DE \_\_\_\_\_ (VALORES) CONCLUÍDA NO ANO DE \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ TELEMÓVEL \_\_\_\_\_

E-MAIL \_\_\_\_\_

CURSO \_\_\_\_\_

### DOCUMENTOS ENTREGUES

FOTOCÓPIA DO BI ☐

CERTIFICADO ATUALIZADO DE MATRÍCULA NO ESTABELECIMENTO/CURSO QUE FREQUENTA ☐

CERTIFICADO(S) DE HABILITAÇÕES LITERÁRIAS ☐

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO PRÉDIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL ☐

DECLARAÇÃO DE VENCIMENTO OU DE SUBSISTÊNCIA ☐

DECLARAÇÃO DA FICASE ☐

OUTROS DOCUMENTOS QUE VENHAM A SER EXIGIDOS ☐

O CANDIDATO,

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

SAES/INSTITUIÇÃO DE ENSINO

RECEBIDO POR \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_



## COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

<b>1</b>	NOME:										
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO					
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL				\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS										\$ 00
<b>2</b>	NOME:										
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO					
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL				\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS										\$ 00
<b>3</b>	NOME:										
	IDADE				ANOS	GRAU DE PARENTESCO					
	PROFISSÃO						ORDENADO MENSAL				\$ 00
	OUTROS RENDIMENTOS										\$ 00

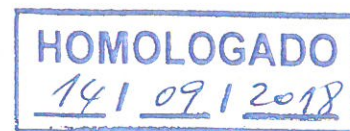
Obs.: Todas as indicações sobre ordenados ou outros rendimentos devem ser comprovadas por documentos passados pelas entidades patronais e Serviços de Finanças. No caso da declaração de subsistência deve ser legalizado no cartório mediante a assinatura de 3 testemunhas.

No caso de haver irmãos estudantes universitários por conta própria, indicar nomes, cursos que frequentam, respetivo ano e local (comprovar por documentos passados pelo FICASE).

<b>1</b>	NOME:											
	INSTITUIÇÃO											
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>	
	LOCAL											
<b>2</b>	NOME:											
	INSTITUIÇÃO											
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>	
	LOCAL											
<b>3</b>	NOME:											
	INSTITUIÇÃO											
	ANO DE ESTUDO	1º ANO	<input type="checkbox"/>	2º ANO	<input type="checkbox"/>	3º ANO	<input type="checkbox"/>	4º ANO	<input type="checkbox"/>	5º ANO	<input type="checkbox"/>	
	LOCAL											
	ASSINATURA											
	LOCAL						AOS		DE		DE	

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- 1** Este documento deve ser acompanhado dos documentos publicados no regulamento do concurso de bolsa no País
- 2** o processo de candidatura deve ser acompanhado de uma cópia simples de todos os documentos num saco catálogo.
- 3** Lei com atenção o referido regulamento antes de apresentar a sua candidatura.
- 4** Processo com documento em falta é liminarmente excluído



## REGULAMENTO DO CONCURSO NACIONAL DE BOLSAS PARA FORMAÇÃO SUPERIOR EM CABO VERDE

ANO ACADÉMICO 2018/19

### I

#### DA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS

O Governo de Cabo Verde, através do Gabinete do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (GESCT) e da Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar (FICASE), atribui bolsas de estudos aos candidatos, com vista ao financiamento dos estudos, cujo montante máximo é de 25.000\$00 (vinte e cinco mil escudos) mensais e o montante mínimo nunca inferior ao valor mensal da propina.

As Bolsas de Estudos são atribuídas aos alunos inscritos nas Instituições do Ensino Superior em Cabo Verde.

### II

#### DO CONCURSO

##### Artigo 1.º

##### (Objeto)

O presente regulamento diz respeito às bolsas para frequência de **Formação Superior em Cabo Verde**.

##### Artigo 2.º

##### (Natureza e Duração)

- 1) As bolsas a que se refere este regulamento têm a natureza de uma comparticipação do Estado nos encargos normais dos estudos e não são reembolsáveis.

- 2) As bolsas para o ensino superior terão a duração de formação, salvo razões ponderosas, renováveis no início de cada ano académico.

### Artigo 3.º

#### (Validade e Prazos)

1. O concurso a que se refere o presente regulamento é válido apenas para o ano académico 2018/2019.
2. O prazo para apresentação das candidaturas bem como os em que devem ser praticados os atos previstos no presente Regulamento serão fixados por despacho do Diretor do Gabinete do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.
3. O desconhecimento dos avisos não pode ser invocado para justificar o não cumprimento das obrigações como candidato.

### Artigo 4.º

#### (Processo de Seleção)

1. O processo de seleção é da competência de um júri designado por despacho do Secretário de Estado Adjunto da Educação, cuja proposta é apresentada pelo Diretor do Gabinete Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.
2. Em caso de dúvida sobre as informações prestadas pelos candidatos, o Júri poderá proceder a um inquérito social, visando o esclarecimento de factos ou dados de carácter específico relevante.

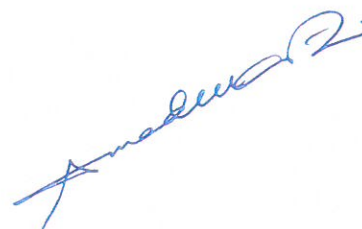
### Artigo 5.º

#### (Condições Gerais de Candidatura)

1. Podem participar do concurso para bolsas de estudo os indivíduos que reúnam as seguintes condições:

##### 1.1. Bolsa para Licenciatura e Mestrado Integrado - Raiz

- a) Ter nacionalidade cabo-verdiana;
- b) Ser habilitado com o 12º ano ou equivalente, com a classificação final mínima não arredondada até às centésimas de 13,00 valores;
- c) Ter sido colocado numa instituição de ensino superior





- d) Não possuir habilitação de qualquer outro curso dentro do grau de ensino para o qual concorre à bolsa;
- e) Ter bom comportamento académico, moral e cívico no Ensino Secundário;

1.2. Caso o candidato tenha desistido da bolsa por razões de força maior, este deverá justificar a sua desistência;

**1.3 Bolsa para Licenciatura e Mestrado Integrado - Continuação de estudos**

- a) Ter nacionalidade cabo-verdiana;
- b) Estar matriculado num curso de Licenciatura ou Mestrado Integrado
- c) Ter obtido aprovação do plano de estudos do(s) ano(s) anterior(es);
- d) Não beneficiar já de bolsa concedida por outra entidade.

**1.4 Bolsa para Pós-graduação (Mestrado e Doutoramento):**

- a) Ter nacionalidade Cabo-verdiana;
- b) Ser habilitado com o curso superior (Licenciatura ou Mestrado), com classificação final mínima de 14 valores;
- c) Estar inscrito numa instituição de Ensino Superior;
- d) Não possuir habilitação de qualquer outro curso dentro do grau de ensino para cuja frequência requer a bolsa;
- e) Estar vinculado laboralmente;
- f) Não beneficiar já de bolsa concedida por outra entidade;
- g) Não ter sido beneficiado com bolsa para frequência de qualquer programa de formação nos últimos 3 anos.

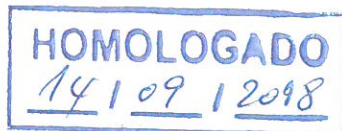
**Artigo 6.º**

**(Apresentação da candidatura)**

Têm legitimidade para efetuar a apresentação da candidatura:

- a) O estudante;
- b) O seu procurador bastante.





#### Artigo 7.º

##### (Modo de realização da candidatura)

1. A candidatura consiste na apresentação do Boletim de Candidatura, devidamente preenchido, acompanhado da documentação necessária exigida nos termos do presente regulamento.
2. A inscrição no concurso não confere ao candidato o direito automático a uma bolsa.

#### Artigo 8.º

##### (Local e prazo de apresentação da candidatura)

A candidatura é apresentada na instituição do Ensino Superior em que o candidato está inscrito, no prazo indicado no anúncio do concurso.

#### Artigo 9.º

##### (Documentação necessária)

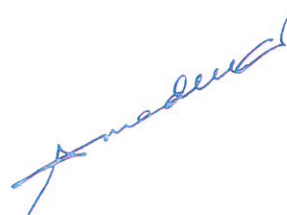
1. Para apresentação das candidaturas são exigidos os documentos referidos nos números seguintes:
2. **Cursos de Licenciatura e Mestrado Integrado - Raiz**
  - 2.1 Boletim de candidatura devidamente preenchido, acompanhado dos seguintes documentos:
    - a) Fotocópia do bilhete de identidade atualizado;
    - b) Declaração de NIF
    - c) Fotocópia do certificado do 12º Ano ou equivalente, com a classificação final não arredondada até às centésimas de 13 valores;
    - d) Declaração de inscrição emitida pela instituição de formação;
    - e) Documentos comprovativos do rendimento do agregado familiar, mediante apresentação das seguintes declarações a favor do pai e da mãe, ou de quem demonstre exercer o poder paternal:
      - i. Declaração de ordenado/vencimento bruto mensal, emitida pela entidade patronal;
      - ii. Declaração de Rendimentos prediais emitida pela Câmara Municipal;
      - iii. Declaração de Rendimentos Comerciais e Industriais emitida pela Repartição de Finanças ou Casa de Cidadão;
      - iv. Declaração de NIF dos encarregados de Educação.
      - v. No caso de inexistência de vínculo laboral ou de rendimento de trabalho anteriormente referido, o candidato deve apresentar uma declaração de subsistência do pai e da mãe ou da pessoa que demonstre exercer o poder paternal.

- vi. No caso de uma família Monoparental o candidato deve apresentar uma declaração que demonstra a situação familiar,
- vii. Os documentos solicitados em v e vi terão que ser devidamente comprovados pela obrigatoriedade de aposição da assinatura de três testemunhas idóneas e reconhecidas em cartório; a prestação de declarações falsas e/ou o uso da declaração falsificada está sujeita a penas estabelecidas na lei.
- viii. Declaração da Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE) comprovando que irmão(s) em formação universitária não é (são) bolseiro(s), caso exista(m);
- ix. Outros que venham a ser exigidos pelo júri durante o processo de seleção dos candidatos.

### 3. Cursos de Licenciatura e Mestrado Integrado - Continuação de estudos:

3.1. Boletim de candidatura devidamente preenchido, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia de bilhete de identidade atualizado;
- b) Declaração de NIF
- c) Declaração de inscrição emitida pela instituição de formação;
- d) Histórico Escolar e Plano de Estudos, atestando ter obtido aprovação do(s) ano(s) anterior(es) relativamente àquele em que se encontra matriculado;
- e) Documentos comprovativos do rendimento do agregado familiar, mediante as seguintes declarações a favor do pai e da mãe ou da pessoa que demonstre exercer o poder paternal;
  - i)- Declaração de ordenado/vencimento bruto mensal, emitida por entidade patronal;
  - ii)- Declaração de Rendimentos Prediais emitida pela Câmara Municipal;
  - iii)- Declaração de Rendimentos Comerciais e Industriais emitida pela Repartição de Finanças ou Casa do Cidadão;
  - iv) - Declaração de NIF dos encarregados de Educação;
  - v)- No caso de inexistência de vínculo laboral ou de rendimento de trabalho referido no ponto d1, declaração de subsistência do pai e da mãe ou da pessoa que demonstre exercer o poder paternal devidamente comprovado pela aposição da assinatura obrigatória de três testemunhas idóneas e reconhecidas em cartório; Sendo certo que quem prestar falsas declarações e/ou fizer uso da declaração falsificada incorrerá nas penas estabelecidas na lei.






- f) Declaração da Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE) comprovando que irmão(s) em formação universitária não é(são) bolseiro(s), caso exista(m);
- g) Outros que venham a ser exigidos pelo júri durante o processo de seleção dos candidatos.

**4. Bolsa Pós-Graduação (Mestrado e Doutoramento):**

- a) Fotocópia do bilhete de identidade;
- b) Declaração de NIF
- c) Certidão de conclusão do curso de Licenciatura ou Mestrado;
- d) Declaração de inscrição no respetivo curso emitido pelos Serviços Académicos da Instituição para que concorre;
- e) Documentos comprovativos de experiência profissional (indicando os anos de experiência profissional);
- f) Declaração da instituição e/ou serviço de que o requerente depende atestando sua condição de investigador ou técnico vinculado a projetos institucionais de desenvolvimento socioeconómico e a pertinência da formação para a instituição;
- g) Projeto de investigação devidamente fundamentado sobre o trabalho final a ser desenvolvido;
- h) Duas cartas de recomendação emitidas por titulares de grau superior aquele que o candidato concorre atestando a pertinência do curso para o desenvolvimento do País, sendo uma carta do titular da área da formação do candidato;
- i) Documentos comprovativos do rendimento do candidato, mediante as seguintes declarações:
  - i. Declaração de ordenado/vencimento bruto mensal, emitida por entidade patronal;
  - ii. Declaração de Rendimentos prediais emitida pela Câmara Municipal;
  - iii. Declaração de Rendimentos Comerciais e Industriais emitida pela Repartição de Finanças;
- j) O GESCT poderá, se assim entender, solicitar outros documentos comprovativos do rendimento do agregado familiar do candidato;
- k) Outros que venham a ser exigidos pelas entidades que concedem as bolsas ou pelo júri durante o processo de seleção dos candidatos.

Artigo 10.º



HOMOLOGADO

14/109/2018

(Recibo)

No ato de *candidatura*, é entregue ao candidato ou seu procurador bastante um recibo devidamente assinado.

Artigo 11.º

(Exclusão de concorrentes)

Para além dos casos em que, nos termos do presente Regulamento, haja lugar à exclusão do concurso, podem constituir motivos para exclusão, a todo o tempo:

- a) Erros, inexatidões ou omissões no preenchimento do boletim de candidatura;
- b) Documentação incompleta;
- c) Falsas declarações;
- d) Omissão de informações;

Artigo 12.º


(Resultado da pré-seleção e sua divulgação)

1. Feita a pré-seleção, o resultado provisório é tornado público através de listas nominais publicadas no local onde o candidato procedeu à candidatura e no *site* do GESCT;
2. Das listas afixadas provisoriamente constarão, relativamente a cada candidato que se tenha apresentado a concurso: i) nome; ii) elementos relativos a todos os critérios de seriação e de seleção, com indicação do respetivo peso e ponderação; e iii) classificação final;
3. O resultado da pré-seleção do concurso exprime-se através de uma das seguintes situações:
  1. Pré-Selecionado provisoriamente;
  2. Não Pré-selecionado provisoriamente;
  3. Excluído do concurso provisoriamente;

A menção da situação de excluído do concurso carece de ser acompanhada da respetiva fundamentação legal.

Artigo 13.º

(Reclamação)



1. Da lista de pré-seleção, podem os candidatos apresentar reclamação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a sua divulgação, mediante exposição dirigida ao Júri constituído para o efeito, acompanhada de cópia do recibo de candidatura;
2. O Júri facultará a todo o candidato que o solicite, através do GESCT, a transcrição de conteúdo relevante do seu processo de seleção e seriação;
3. A reclamação pode ser acionada por iniciativa do candidato, do seu representante legal ou de uma pessoa devidamente identificada e por ele indigitada;
4. A reclamação é entregue no serviço onde o reclamante apresentou a sua candidatura;
5. São liminarmente rejeitadas pelo GESCT e pelo Júri as reclamações não acompanhadas do recibo de candidatura ou não fundamentadas, bem como as que não sejam recebidas no local referido no número anterior e dentro do prazo fixado;
6. As decisões sobre as reclamações são proferidas no prazo de 15 (quinze) dias úteis e notificadas ao requerente ou ao seu representante;
7. As decisões a que se referem o número anterior podem revestir a forma de confirmação do resultado, alteração do resultado, suspensão da atribuição para averiguação, revogação da atribuição;
8. A retificação abrange o candidato em que o erro foi detetado, podendo ter efeitos em relação aos restantes candidatos.

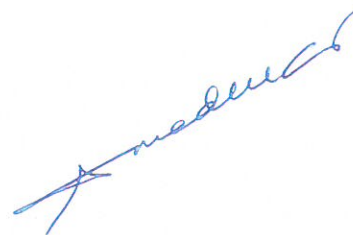
Artigo 14.º  
(Homologação)

1. Findo o período de reclamação, o GESCT instrui o processo de homologação através de relatório sucinto do Júri, acompanhado dos seguintes elementos,

- a) Lista geral de inscritos;
- b) Lista seriada de candidatos;
- c) Lista de candidatos atribuídos;
- d) Lista de candidatos não atribuídos;
- e) Lista de candidatos excluídos.

2. Após a homologação, o resultado final é tornado público através da divulgação e fixação das listas homologadas no local onde o estudante procedeu à candidatura e no *site* do GESCT;

3. Os selecionados devem proceder à assinatura do contrato junto da FICASE ou nas Delegações do Ministério da Educação.





## Artigo 15.º

## (Encerramento do processo)

1. Com a publicação de listas homologadas de candidatos contemplados com bolsas de estudo fica encerrado o Concurso Nacional de Bolsas para Formação Superior no País 2018/2019;

## Artigo 15.º

## (Devolução dos processos)

1. Encerrado o concurso, ficam os processos dos não contemplados à disposição dos candidatos que devem proceder ao seu levantamento nos locais de candidatura, dentro do prazo não superior a três meses.
2. Findo esse prazo serão destruídos.

## III

## DA ATRIBUIÇÃO DAS BOLSAS

## Artigo 17.º

## (Serição dos candidatos)

1. Para efeitos de atribuição de bolsas de estudo, os candidatos serão seriados, atendendo aos seguintes critérios:

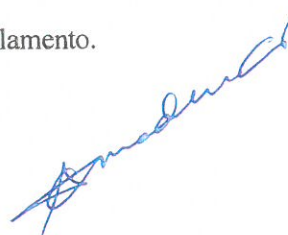
**Cursos de graduação** – Licenciatura e Mestrado Integrado (Licenciatura de Raiz e Continuação de Estudos)

- a) Rendimento bruto mensal do agregado familiar – (peso 40);
- b) Nota de conclusão do 3º Ciclo (11º e 12º anos de escolaridade) – (peso 40);
- c) Equilíbrio regional – (peso 10);
- d) Número de irmãos no Ensino Superior por conta própria – (peso 10);

## 1.2 Cursos de pós-graduação – Mestrado e Doutoramento:

- a) Nota de conclusão do curso (peso 40);
- b) Experiência profissional (peso 30);
- c) Rendimento do candidato (peso 20)
- d) Filhos no Ensino Superior por conta própria (peso 10)

1. A ponderação dos critérios será calculada nos termos do anexo constante deste Regulamento.



Artigo 18.º  
(Seleção de candidatos)

1. A seleção dos candidatos aos cursos de graduação é realizada por ordem decrescente de classificação obtida através da seguinte fórmula:

$$(0,40 \times RF) + (0,40 \times NCC) + (0,10 \times ER) + (0,10 \times FEScp) \text{ sendo:}$$

RF = Rendimento Familiar

NCC = Nota de conclusão do 3º ciclo

ER = Equilíbrio Regional

FEScp = Irmãos no Ensino Superior por conta própria

2. Em caso de empate, aplicam-se sucessivamente os critérios de classificação final no ensino secundário e o rendimento familiar.

3. A seleção dos candidatos aos cursos de pós-graduação é realizada por ordem decrescente de classificação obtida através da seguinte fórmula:

$$CF = (0,40 \times NCC) + (0,30 \times EP) + (0,20 \times RF) + (0,10 \times FESscp) \text{ sendo:}$$

NCC = Nota de Conclusão do Curso

EP = Experiência Profissional

RF = Tipo de Vínculo Profissional

FESscp = Filhos no Ensino Superior por Conta própria

Artigo 19.º  
(Sequência de atribuição)

1. As bolsas de estudo destinadas a financiar cursos de graduação serão atribuídas aos candidatos melhor classificados da lista seriada, na seguinte sequência:

- a) Candidatos descendentes de emigrantes cabo-verdianos, até 3ª geração devidamente comprovada, residentes nos países africanos, nomeadamente Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Senegal e São Tomé e Príncipe – (5%);
- b) Candidatos a bolsa para continuação de estudos – (20%).
- c) Candidatos a bolsa de pós-graduação (5%)

*Amador*

d) Restantes candidatos.

2. As bolsas de estudo destinadas a financiar cursos de pós-graduação serão atribuídas aos candidatos melhor classificados da lista seriada.

#### IV

### CANDIDATOS DESCENDENTES DE EMIGRANTES CABO-VERDIANOS

#### Artigo 20.º

(Intermediários no processo)

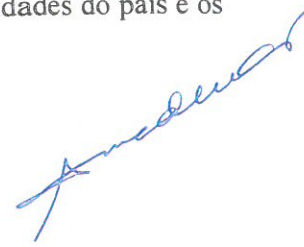
1. O Departamento Governamental responsável pela área das Comunidades é a entidade intermediária de todo o processo de candidatura dos descendentes de emigrantes cabo-verdianos, até 3ª geração, residentes no estrangeiro, em articulação com as Missões Diplomáticas (MP) e Postos Consulares (PC) dos respetivos países.

2. Cabe para o efeito, às entidades referidas no número anterior:

- a) Manter estreito contacto com o GESCT, a FICASE e as Instituições de Ensino;
- b) Proceder a uma divulgação eficaz junto das comunidades cabo-verdianas na diáspora, das oportunidades de candidatura/formação, utilizando todos os meios disponíveis;
- c) Prestar atendimentos e reunir-se com os candidatos, dando informações e orientações que se mostrarem necessárias;
- d) Enviar à FICASE, para efeito de pagamento de propinas, a relação dos estudantes beneficiados com bolsas de estudo, acompanhadas das declarações de matrículas nas instituições de ensino e as coordenadas bancárias;
- e) Acompanhar as atividades académicas dos bolseiros e comunicar o GESCT e a FICASE sobre alterações relevantes que venham a ocorrer durante o período do benefício da bolsa.

3. Às MD ou PC cabe especificamente, ainda:

- a) Entregar ao apresentante, no ato da candidatura, um recibo devidamente assinado e carimbado;
- b) Receber e analisar os processos de candidaturas e proceder à primeira triagem, tendo sempre em consideração, a situação de vulnerabilidade e as necessidades do país e os





- enviar ao Departamento Governamental responsável pelas Comunidades, que irá proceder à pré-seleção e envio, por sua vez, o GESCT, obedecendo o prazo anunciado no concurso e os critérios previstos no presente Regulamento;
- c) Receber as reclamações, caso houver, e dar o devido tratamento, em articulação com o GESCT, através do Departamento Governamental responsável pela área das Comunidades.

**Artigo 21.º**  
**(Condições de candidatura)**

1. Podem candidatar-se às bolsas de estudos, os descendentes de emigrantes cabo-verdianos, até 3ª geração, residentes no estrangeiro, que reúnam e comprovem junto das MD ou PC as seguintes condições para licenciatura (e em casos excecionais, consoante a necessidade do país, para continuação de estudos):

- a) Cópia de Bilhete de Identidade atualizado;
- b) Fotocópia do certificado do 12º Ano ou equivalente;
- c) Declaração de inscrição numa Instituição de Ensino Superior do país em que reside permanentemente;
- d) Nacionalidade cabo-verdiana ou, na falta desta, documentos que pela sua natureza, possam provar a origem cabo-verdiana do candidato, até 3ª geração;
- e) Comprovativo do rendimento do agregado familiar;
- f) Certificado de residência que comprove que, à data da conclusão do ensino secundário, o candidato residia, há pelo menos dois anos, com carácter permanente, em país estrangeiro;
- g) Não ser, cumulativamente, beneficiário de outra bolsa;
- h) Não possuir habilitação de qualquer outro curso dentro do grau de ensino cuja frequência requer a bolsa.

2. O GESCT pode solicitar outros documentos comprovativos da situação do candidato/bolseiro, sempre que julgar necessário.

3. As bolsas são atribuídas a descendentes de emigrantes cabo-verdianos, até 3ª geração, residentes no estrangeiro, com especial prioridade para África, para a frequência de cursos disponíveis nos estabelecimentos de ensino dos países em que os candidatos se encontrem a residir permanentemente,

HOMOLOGADO

14/09/2018

com exceção dos cursos que não são ministrados nos países de residência, desde que obedeça às exigências do nº 1. do artigo 5.º do presente regulamento.

4. Constituem casos de exclusão de concorrentes, os previstos no artigo 11º deste Regulamento.

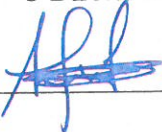
#### Artigo 22.º

(Assinatura de contrato)

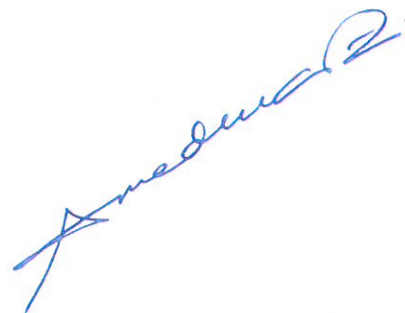
1. Será assinado um contrato de concessão da bolsa entre a Direção Geral das Comunidades (DGC), a FICASE, a MD ou PC no respetivo país e o bolseiro, discriminando, de entre outros, os direitos e deveres dos bolseiros e especificando as responsabilidades das partes.

Gabinete do Ensino Superior Ciência e Tecnologia na Praia, ..... de setembro de 2018

O Diretor do GESCT,



/Aquilino José Manuel Lopes Varela /





*Amélia R.*

ANEXO A QUE SE REFERE O N.º 2 do ARTIGO 17 e 18.º

A ponderação é calculada em conformidade com as tabelas seguintes.

1. Rendimento Familiar (RF)

Valores em contos	até 15	16 - 25	26 - 50	51 - 75	76 - 100	101 - 150
Pontos	16	14	12	10	8	6

2. Número de irmãos no Ensino Superior por conta própria

N.º de Filhos no Ensino Superior	1	2	> 2
Pontos	10	12	14

3. Equilíbrio Regional (ER)

Concelhos	Pontos
Santa Catarina - Fogo Mosteiros São Miguel Sta. Cruz Paúl	13
Ribeira Grande - Santiago Tarrafal - Santiago Porto Novo São Domingos Ribeira Grande - Santo Antão São Lourenço dos Órgãos Brava Santa Catarina - Santiago	12
Maio Ribeira Brava - S. Nicolau São Filipe São Salvador do Mundo Tarrafal - São Nicolau	11
Boavista Praia São Vicente Sal	10

\*conforme dados do INE



HOMOLOGADO

14/09/2018

4. Experiência Profissional

Anos	Pontos
2 - 6	2
7 - 13	3
14 - 20	4
> 20	1

*Amadeu 2*